



Eixo 3: Educação Formal e Informal de Estudantes com Deficiência Auditiva e Surdez

PROJETO UM NOVO OLHAR: RESGATANDO A CIDADANIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior – Centro Universitário UniFacid | Wyden

Maria de Fátima Mendes de Abreu – Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA

*Autora correspondente: paulo_juniorpio@hotmail.com

RESUMO: A cidadania constitui em uma importante ferramenta para a existência humana, garantindo o protagonismo dos sujeitos diante dos seus direitos e deveres enquanto cidadão de uma comunidade. Ao longo das sociedades foi possível observar a retirada desse e de outros princípios para aquelas pessoas em estado marginalizado perante o meio social. As pessoas com deficiência foram um exemplo claro desse tipo de exclusão. A partir daí surgiram atitudes inclusivas que permitiram o acesso a direitos básicos, bem como oportunidades de crescimento pessoal e profissional para além da sua deficiência. Neste sentido, é bastante comum encontrar estratégias que visem propiciar aos sujeitos o resgate desse princípio, promovendo uma melhor qualidade de vida. Dentro desta perspectiva surgiu o projeto “Um novo olhar”, parceria da APAE Teresina com a Prefeitura Municipal do município de Teresina, por meio do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. O projeto visou proporcionar a indivíduos de idades variadas diversas atividades culturais, com profissionais de áreas variadas, que tragam um melhor bem estar de vida a pessoas com deficiência. Deste modo, este trabalho apresenta um relato de experiência, tendo como objetivo geral descrever a experiência profissional do projeto, ressaltando os benefícios adquiridos pelos usuários, bem como seus métodos e percalços. O trabalho teve durabilidade entre os meses de setembro a dezembro de 2019. As atividades funcionavam em dois turnos distintos, manhã e tarde, abarcando o contra turno do período escolar dos integrantes. Cada profissional realizava sua oficina com a durabilidade de trinta minutos, sendo seguida de um rodízio dos mesmos. Para isso a metodologia adotada compreendeu o trabalho em oficinas de grupo, por meio de técnicas vivenciais e dinâmicas, as quais permitem a livre expressão dos participantes em diversas formas. Como resultados foi possível a realização e desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação, oportunizando em um espaço de acolhimento e crescimento. O público alvo do projeto constou de uma grande diversidade e variedade cultural e psicológica. Este ponto foi fundamental para o bom andamento das atividades realizadas ao longo do período que compreende este trabalho. Ao tempo de realização das oficinas notou-se uma disponibilidade dos usuários, bem como o gosto pela realização das mesmas. Além disso, foi possível desenvolver atividades de lazer e cultura que auxiliam no caráter e na personalidade dos usuários. Conclui-se que projetos como esse favorecem no auto cuidado necessário para a manutenção da saúde física e mental das pessoas com deficiência. São estratégias como essas que possibilitam a ressignificação de anos de discriminação e exclusão, tornando esses indivíduos cada vez mais protagonistas das próprias histórias. Por meio dessas intervenções é possível lidar com a subjetividade humana da forma mais genuína possível. O contato com os seres fornece trocas de experiências e aprendizagens, além da manutenção e criação de laços afetivos. São inúmeros os benefícios que essas atividades proporcionam, ofertando um prazer para a saúde, favorecendo a construção de projetos de vida e de atividades que provocam uma boa influência a saúde seja física como mental. Desse modo é possível o desenvolvimento de fatores essenciais para a personalidade humana, dando suporte para a superação das barreiras sociais.

Palavras-chaves: Inclusão. Cultura. Diversidade. Cidadania.



INTRODUÇÃO

A cultura se caracteriza como uma forma de expressão humana, constituída por diversos valores, crenças e afins. Diante dessa construção dos indivíduos a cidadania é colocada como um importante pilar dentro da perspectiva cultural. O pleno poder de exercer a sua cidadania compreende em ter os acessos a aquilo que é de direito resguardado pelas instituições sociais que garantem o pleno funcionamento das comunidades. Mas se engana quem acredita que essa palavra atingiu a todos os sujeitos das sociedades, pois foram necessárias diversas mudanças temporais para assegurar que não houvesse discriminações quanto ao direito de ser cidadão (PINSKY; PINSKY, 2007).

Historicamente é possível compreender essa questão de uma maneira bem mais abrangente, pois o social sempre deixou bastante claro a quem de direito poderia ter uma participação não somente social como cultural. Sawaia (2017) aponta uma extrema desigualdade que atingiu diversos povos, marginalizando-os. Desse modo, é bastante comum enxergar minorias que vivem de maneira excluída dos demais, negando assim os direitos essenciais de vida e sobrevivência.

Um exemplo bastante evidente das considerações acima diz respeito a pessoas com deficiência. Independentemente da faixa etária a qual pertenciam, era bastante comum a rejeição social que esses seres sofriam por parte das pessoas, negando sua existência e gerando o não exercício dos seus direitos. Ligado a isso é possível ainda inferir que essas pessoas passavam a viver em condições sub-humanas, sem grandes expectativas de vida (SILVA, 2009).

Diante disso as pessoas com deficiências, e demais minorias, passaram a se articular, criando movimentos necessários para não somente a inclusão como a devida afirmação de que todos os direitos garantidos pela Constituição fossem de fato colocados em prática. Meyer, Klein e Fernandes (2012) chamam a atenção para um novo capítulo na história dessa população, evidenciando em políticas públicas que certifiquem seus direitos. Assim sendo, surgiram diversas modalidades de programas sociais que possuem como objetivo dar um novo sentido a seres vulneráveis, dirimindo dessa forma as desigualdades sociais existentes.

O projeto “Um novo olhar” nasceu da necessidade de promover uma alternativa de bem estar para crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência. São iniciativas como essas que possibilitam a garantia de direitos estabelecidos aos cidadãos, ofertando serviços nas mais diversas modalidades de forma gratuita. Por meio da ação de profissionais como psicólogos, educadores físicos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e afins é possível desenvolver atividades que auxiliem no desenvolvimento humano, assim como nas potencialidades dos indivíduos.

Além disso, esses trabalhos favorecem o empoderamento dos seres, promovendo novas estratégias e projetos de vida a sujeitos que se encontram em um alto grau de vulnerabilidade ou excluídos perante a sociedade, justificando assim a realização de iniciativas como essas. Portanto, este projeto possui como objetivo geral promover oficinas



psicoeducativas com crianças e adolescentes com deficiência. Já como específicos elencamos: proporcionar um espaço para o diálogo e reflexões como estratégia de prevenção e promoção da saúde e bem estar; possibilitar a construção de novas práticas de auto-cuidado a saúde física e mental; promover espaços de expressão e respeito as identidades, por meio de atividades esportivas, culturais e sociais.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Escola de Educação Especial Prof^a Consuelo Pinheiro - APAE foi a primeira instituição em Teresina pensada pelo prof^o Ehrlich Cordão após uma busca incessante para o tratamento do seu filho que tinha deficiências múltiplas. O pai aflito em busca de proporcionar saúde de qualidade não só para seu descendente resolveu construir essa escola, contando com a ajuda de amigos.

A instituição atua no atendimento a pessoas com deficiência auditiva e múltiplas, oferecendo gratuitamente serviços educacionais, como também oficinas e atividades esportivas. Assim como em outras instituições do país a escola enfrentou dificuldades para agregar novas oportunidades e trabalhos que proporcionam mais atividades inclusivas. Pensando nisso, o projeto “Um novo olhar” foi elaborado para mudar a realidade dessa instituição, tendo em vista que a mesma oferece um trabalho decisivo para a comunidade, mediando e garantindo direitos sociais, cidadania, aprendizado, tudo que o ser humano precisa para a sua existência.

O projeto veio para ajudar a instituição a ser uma nova casa, proporcionando aos usuários (as) um atendimento de qualidade. A partir daí gerar uma nova realidade, novas atividades, novos aprendizados que até então era desconhecido pelo público assistido. O objetivo do trabalho estava em contribuir com o desenvolvimento psicossocial dos usuários, encontrando-se lado a lado com as famílias para auxiliá-las na efetivação do amor e do cuidado.

Para a realização do trabalho a escola teve o auxílio financeiro do CMDCAT - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - do município de Teresina-PI, através de um processo seletivo de chamamento público, onde o mesmo destinou verbas para algumas instituições filantrópicas. O recurso foi utilizado para aquisição de materiais e pagamento de profissionais. A equipe técnica foi composta por psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, educadores físicos e um instrutor de libras.

Desse modo, foi possível desenvolver atividades que auxiliem no desenvolvimento humano, assim como nas potencialidades dos usuários. Além disso, esses trabalhos favorecem o empoderamento dos seres, promovendo novas estratégias e projetos de vida a sujeitos que se encontram em um alto grau de vulnerabilidade ou excluídos perante a sociedade.

O trabalho teve a durabilidade de quatro meses durante os dias de segunda à sexta-feira. Ao longo do processo de realização houve etapas previamente definidas pela equipe de coordenação. A primeira se tratou de uma reunião com os profissionais da instituição, depois a apresentação do projeto para os pais e responsáveis dos alunos (as), sendo seguida da última etapa uma reunião com a equipe para ajustar os detalhes finais. Ao todo foram quarenta crianças, jovens e adultos beneficiados pela iniciativa. Dessa forma, foram quarenta pessoas



que tiveram a oportunidade de vivenciar novos aprendizados, em sua maioria, vindos de uma realidade difícil e cheia de vulnerabilidades.

A pessoa com deficiência ainda encontra muitas dificuldades nos serviços básicos de cidadania, sendo a educação uma delas. O acesso ainda é precário mesmo com a evolução tecnológica e de tratamentos clínicos. Os surdos (as) passam por muitas problemáticas no ensino formal, principalmente se não houver o auxílio de um intérprete. O Estado tem como obrigação estabelecer estratégias e políticas de ensino de alcance universal, conforme afirma a Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Assim, de acordo com as leis que norteiam o direito individual de cada cidadão, é dever do Estado estabelecer e legitimar o direito constitucional de acesso a uma educação de qualidade. É dever da família e da sociedade o cuidado e o incentivo aos estudos, no intuito de promover o suporte familiar e de segurança, para que o bem estar e a dignidade sejam garantidos.

A sociedade ainda tende a tratar de forma desigual as pessoas com alguma deficiência, colocando as dificuldades antes do sujeito, tornando ainda mais difícil o contato. É necessária uma conscientização de que pessoas são pessoas, independente de suas peculiaridades. As diferenças devem ser respeitadas, e não consideradas aspectos limitadores.

Para a sociedade que ouve e faz uso da língua oral auditiva, só se reconhece o normal e o deficiente, e o deficiente precisa de adequação, portanto há que desenvolver bem: a fala, a audição, o motor, enfim... Há que normalizar o sujeito para ser culturalmente aceito e poder estar de fato incluído socialmente (COELHO; SCHUBERT; SILVA, 2017).

Ainda é possível encontrar uma realidade onde as pessoas com deficiência são “obrigadas” a se adequarem aos meios “normais” de vida. São colocadas diante de situações que não são compatíveis com os seus modos de vida, mas mesmo assim é necessária uma adequação ou então será excluída. São cobranças desleais, injustas e desumanas. O indivíduo que tem alguma deficiência precisa do apoio da sociedade, é necessário proporcionar, portanto ações de equidade a essas pessoas.

Diante dessa realidade o objetivo principal do projeto foi abordar essa questão, fortalecer a importância da inclusão, mostrando a todos os usuários (as) que onde há diferenças deve haver empatia e respeito com o outro. Para isso é necessário construir políticas de inclusão que de fato sejam efetivas a quem são destinadas. Nesse sentido, é necessário articular ações em que busquem provocar além de uma inclusão, mas o resgate da individualidade desses sujeitos. O Estado enquanto instituição responsável pela sociedade possui não só o direito como o dever de manifestar essas condições, assim como engajar os cidadãos a refletirem em práticas cotidianas inclusivas (LOPES, 2009).



São iniciativas de organizações diversas que se preocupam em ofertar a essa parcela da população trabalhos de qualidade. Essas ações vão além de quaisquer metodologias de ensino-aprendizagem, pois promovem auto estima e retomada da vida por meio da sua autonomia. Além disso, a promoção da saúde mental é outro ponto de destaque, já que essas atividades envolvem o contato com outros seres. A construção e formação de vínculos, portanto, apresenta em outro quesito de suma importância. As interações dos sujeitos entre si proporcionam bem estar e qualidade de vida, como afirmam Mazzotta e Antino (p. 10, 2011):

Sabe-se que quanto mais desconhecidas e supostamente distantes forem as condições individuais e sociais das pessoas com deficiência, maiores serão as possibilidades de instauração do medo nos relacionamentos interpessoais. A proximidade de uns com os outros e a sua interação viabilizam a afirmação do outro como sujeito, e é esse o ponto fundamental da necessidade e importância da inclusão social para todos. A atual consciência de parte da população sobre a ampla e complexa questão da inclusão social tem sido geradora de crescente número de estudos e ações, cada um a seu modo, atuando em diferentes frentes com diversos recursos.

Os autores Mazzota e Antino (2011) descrevem muito bem o que significa os projetos sociais para as organizações da sociedade civil, que trabalham em busca de recursos para trazer inovações e mediações de direitos sociais para a pessoa com deficiência, de acordo com as necessidades da instituição. No processo de cada trabalho há a necessidade de estudos e análises para localizar a problemática. Após encontrar a esta questão surgem as ideias e a busca por verbas, para colocar em prática o trabalho planejado.

Desde o princípio, quando o projeto social estava sendo elaborado, já existia uma preocupação em estabelecer a inclusão social, tendo em vista que são esses trabalhos que viabilizam e trazem acesso inclusivo para a pessoa com deficiência. É nesse campo que pode haver uma junção de sujeitos, nas suas variadas formas, onde haverá profissionais preparados para oferecer um aprendizado diferente das escolas formais, um ambiente mais leve e divertido.

Outra problemática abordada foi a restauração e manutenção do prédio da escola, além de materiais novos para os professores, alunos e para os espaços que compõem a instituição. Havia uma necessidade de preservação de aspectos físicos do prédio, onde em cada espaço havia uma necessidade de mudança. Com o recurso foram adquiridos novos móveis, material didático, e ações para a manutenção geral nos espaços, com o objetivo de proporcionar qualidade nos atendimentos e também um ambiente mais confortável para o aprendizado.

Para além do que já foi descrito anteriormente houve também a realização de um curso profissionalizante de Libras, onde todos os profissionais da APAE tiveram a chance de participar. Essa diligência buscou ofertar novas metodologias de ensino e um aprofundamento dos conhecimentos para uma maior efetivação do trabalho. Momentos assim trazem qualidade e muitas trocas entre os profissionais. A formação ainda foi contributivo para o relacionamento das equipes de professores e a equipe multidisciplinar que compunha o projeto.



DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

População-Alvo

- Crianças, adolescentes e adultos (assim como seus familiares), a partir dos 07 anos de idade, com e sem algum tipo de deficiência matriculados na Escola de Educação Especial Profª Consuelo Pinheiro (Apae Teresina) do município de Teresina/PI.

Instrumentos

Para as oficinas em grupo foram utilizadas técnicas vivenciais que permitam a livre expressão dos sujeitos participantes. Essas técnicas foram aplicadas por meio de um facilitador que explica como se dará o desenvolvimento da atividade para os membros do grupo, dando exemplos em algumas situações caso haja o não entendimento das instruções. Cada profissional utilizou diversos materiais (cola, papéis, canetas, coleções, tesouras, revistas, fita adesiva, folhas em braço, papel cartão, papel madeira, cartolina, balões, datashow, caixa de som, computador e afins.) para a construção das suas atividades, englobando em ações de aprendizagens, esporte, lazer e cultura.

Duração, Periodicidade e Local

As oficinas tiveram a duração de trinta minutos em aproximadamente quatro encontros semanais, ao longo de quatro meses. Os trabalhos ocorreram nas dependências da Escola de Educação Especial Profª Consuelo Pinheiro (Apae Teresina), bem como em demais locais sociais e interativos existentes na cidade.

Procedimentos

Após a apresentação do projeto, assim como dos profissionais que o compõe, foram construídas as oficinas em grupo, por meio dos planejamentos mensais produzidos. As mesmas foram baseadas conforme demandas apresentadas por meio de uma triagem realizada com os participantes do projeto. Os encontros foram abertos aos integrantes do projeto, não sendo necessário para sua participação uma inscrição prévia. As atividades acabavam sendo discutidas mediante supervisão com a coordenação do trabalho e compartilhada com os demais funcionários, de modo a promover modificações ou sugestões de outras metodologias.

As atividades desempenhadas nos encontros terão como base as temáticas descritas a seguir:

- Identidade e Corpo
- Valorização da Vida
- Habilidades Sociais
- Esporte e lazer
- Capacidades artísticas
- Psicomotricidade
- Direitos Humanos
- Bullying, Preconceito e Discriminação
- Cultura, educação e lazer
- Promoção e Prevenção da Saúde



- Relações familiares e sociais

Durante as intervenções reiterou-se a importância de valores como respeito e sigilo das informações, de modo a deixar os participantes mais livres diante das suas falas e experiências. Caso houvesse necessidade as atividades poderiam ser realizadas no âmbito individual e/ou em pequenos grupos, fato que ao longo do período de realização não houve necessidade. Ainda reservou-se aos participantes o direito de um acolhimento individualizado caso alguma questão trabalhada gerasse algum tipo de mobilização. Observada a urgência da situação, os profissionais deveriam acionar a rede de atenção à saúde, realizando o acompanhamento e acesso do participante a mesma. Os dados obtidos nas oficinas geraram discussões com os demais profissionais do projeto de modo a se dialogar acerca das atividades pós-intervenções, bem como a continuidade e ampliação do trabalho para as novas demandas.

O público do projeto abordou surdos(as) e ouvintes, pessoas externas a comunidade surda, e demais interessados no intuito de juntos construir uma relação de aprendizado e amizade. Os profissionais em sua atuação utilizavam diversas ferramentas de uso coletivo, para que houvesse ali um trabalho em equipe, possibilitando um ajudando o outro. Essa abordagem foi muito importante para enaltecer a inclusão social, não só na parte escolar, mas nos diversos espaços proporcionados por este trabalho.

A “oficina dos sonhos” contou com um público predominantemente infanto-juvenil, entre a faixa etária dos nove aos doze anos. Entretanto, existem exceções como a participação de jovens entre os dezoito a quarenta anos. A média de frequência dos encontros foi de aproximadamente dez participantes por atividade, dentre sujeitos com e sem deficiência. Sendo todas realizadas pelo turno da manhã.

Ao longo dos encontros foram abordadas diversas temáticas, trabalhando habilidades e competências de várias áreas do desenvolvimento humano. As primeiras oficinas buscavam trazer a vinculação do facilitador com o grupo, portanto foram utilizadas atividades lúdicas como jogos de tabuleiros, quebra-cabeças, figuras incompletas, desenhos, pinturas e afins. Esses momentos propiciaram o conhecimento dos usuários, bem como suas histórias e demandas. Foram a partir dessas atividades que o profissional pôde identificar as capacidades e dificuldades enfrentadas por cada um.

A partir desse primeiro momento de encontros, notou-se uma ótima capacidade cognitiva dos usuários, bem como o entendimento do formato e regras do projeto. Foi notória uma alta performance criativa durante das atividades, assim como o gosto por atividades manuais. Essas mesmas tarefas exigiam certa motricidade que ainda não é tangível a todos os participantes, entretanto, as atividades propiciaram o início do desenvolvimento das mesmas.

Algumas dessas intervenções possibilitaram a construção de máscaras, dobraduras, desenhos com colagem de figuras, cartões e afins. Todas foram essenciais para a vazão da subjetividade dos sujeitos, provocando-os a construir o que era pedido conforme seus gostos e desejos, onde por meio deles é possível identificar pontos da sua constituição. Outros momentos já permitiram além da sua livre expressão, o auto conhecimento necessário para a prevenção de sofrimentos psíquicos, como a identificação de emoções e sentimentos, bem como os aspectos que me fazem senti-los.



Recursos pedagógicos também foram utilizados, trabalhando com os usuários letras, números, cores e afins, como a exemplo da atividade de formação das palavras, onde cada um buscava uma letra que se encontrava espalhada pelos cômodos da unidade. Um fator importante para isso é a comunicação em Libras, essencial não só para o entendimento como para novas formas de aquisição de conhecimento para a comunicação.

As oficinas realizadas no espaço “Confissões de Adolescentes” ocorreram no turno da tarde, com uma média de dez sujeitos. O trabalho é predominantemente composto pelo público adolescente, entretanto existem algumas exceções de usuários na faixa de vinte a quarenta anos. O trabalho desenvolvido nesta modalidade é diferenciado da oficina relatada anteriormente. Foi possível a construção de jogos variados, utilizando recursos de atividades físicas como bolas, cordas, bambolês, cones e afins.

O foco nessa turma é a identidade de si e dos outros, bem como atividades que trazem lazer e bem estar. Um exemplo disso é o jogo de tabuleiro humano, criado com perguntas do dia-a-dia e desafios a serem cumpridos. A arte terapia também foi um recurso bastante utilizado, como a exemplo da produção de cartas e de mandalas. A livre expressão também é um retrato desse grupo, uma vez que cada participante realizava sua produção a seu modo, utilizando para isso diversos materiais como colas, papéis variados, pinceis, coleções, glitter e afins.

As atividades esportivas demonstraram isso com muito afinco, uma vez que os profissionais notaram isso como positivo, os alunos (as) surdos (as) conseguiam se conectar com os ouvintes, tudo muito natural. No momento em que estavam juntos conseguiam interagir, havia uma relação de amizade sendo construída. Isso foi sendo fortalecido nos momentos das atividades do projeto, era um dos principais objetivos.

Além de todas as atividades técnicas citadas acima, o projeto contou com uma profissional da Assistência Social, que esteve presente no processo de elaboração e de execução. O Serviço Social atua como “porta de entrada” nas instituições. É o setor responsável por receber e acolher as famílias que procuram atendimento, mediando direitos de cidadania, informações, guiando-os de acordo com suas necessidades e particularidades.

Antes de iniciar as atividades houve uma triagem, uma entrevista com cada responsável dos usuários (as), no intuito de colher informações pessoais para colocar no prontuário, uma vez que é importante saber se a família passa por alguma questão social, se estão inscritos em algum benefício assistencial, para então ter a possibilidade de alguma intervenção, se houver necessidade. Nesse momento há a exigência do sigilo profissional, pois alguns familiares aproveitam a oportunidade para relatar algum acontecimento ou observação decorrente de uma possível demanda.

Feito a entrevista e passada todas as informações do projeto para os indivíduos chegou o momento de organizar os prontuários e de conversar com a equipe técnica para comunicar se houver alguma observação relevante. A partir disso, ainda na reunião com a equipe, foi montado o agendamento das atividades, instrumento que auxilia os usuários (as) na organização pessoal. Em seguida, foram construídos os dias e horários de cada serviço. Como havia atividades esportivas, ficou importante avaliar como seria o lanche, uma vez que é importante garantir uma digestão saudável ao público.



Além das abordagens com as famílias, o Serviço Social esteve presente também na construção do curso básico de Libras. Pensando em uma qualificação profissional, a coordenação do projeto pensou em proporcionar aos profissionais e a comunidade escolar um curso profissionalizante de Libras, onde eles teriam a oportunidade de impulsionar o conhecimento e melhorar o fazer profissional.

Durante o planejamento, foi solicitado a cada técnico um plano de trabalho, onde deveria conter a elaboração e programação do trabalho que seria desenvolvido. A equipe contou com o auxílio da assistente social, no intuito de juntos construírem um plano adequado, respeitando as particularidades de cada área. O objetivo era o mesmo, levar dignidade, cidadania, saúde, educação, momentos de grande valor para todos os usuários (as).

A atuação do Serviço Social na iniciativa partiu do pressuposto de auxiliar os participantes nas atividades, garantindo que houvesse um atendimento de qualidade. De modo a preservar seus costumes, tendo o entendimento que cada um traria consigo particularidades e necessidades diferentes. Os pais e/ou responsáveis tiveram acompanhamento também, nas reuniões mensais. Uma vez ao mês, as famílias eram convidadas, através de um convite no grupo de uma rede social para participarem da reunião.

O Serviço Social atua na área de mediação de direitos e cidadania, sendo assim, é importante proporcionar ao público alvo momentos com outros profissionais que atuam na intervenção de uma saúde de qualidade. Dessa forma, a saúde é essencial para a vida. Previamente, foi feita uma análise investigativa, para então serem construídos esses encontros, servindo de uma ponte relevante entre a temática e as demandas as quais pertenciam ao público. Dessa forma, as famílias e os usuários (as) puderam ter acesso a bens e serviços de saúde, dentro do projeto, no momento em que eles já estavam fazendo parte.

Em cada reunião foi abordado uma temática de modo a se discutir e provocar reflexões entre os presentes. No primeiro encontro foi apresentado para os responsáveis o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com o objetivo de proporcionar um conhecimento maior sobre os direitos da criança e do adolescente, considerando que o projeto foi elaborado e financiado por defensores desse público. Após a explanação do conteúdo, os familiares aproveitaram o momento para esclarecer algumas dúvidas, apontaram sugestões, falaram de suas inquietações e dificuldades ao lidar com os filhos (as).

No segundo momento houve uma dramatização, um conflito familiar entre uma mãe e uma filha, onde a mãe não tinha paciência e não conseguia dialogar com a adolescente, tornando assim uma relação difícil e de muitos conflitos. Após a dramatização houve uma dinâmica denominada de “Aperfeiçoamento da comunicação”, onde os convidados escreviam em um papel os nomes agressivos mais chocantes que ouviram durante a dramatização. Depois de uma reflexão escreveram novamente, dessa vez, usando adjetivos que substituiriam os nomes agressivos, colocando uma nova forma de empatia e cuidado em cada palavra.

Aproveitando a presença dos pais e/ou responsáveis foi compartilhado com eles (as) alguns avisos importantes, como o horário de chegada dos usuários (as), o modelo de vestimenta para a prática de esportes e a importância deles se fazerem presente em cada reunião. Ainda estava por vir muitos momentos, onde a participação da família foi de grande importância, reiterando em todas as reuniões.



Ao segundo encontro familiar foi conversada sobre a importância do esporte na vida da criança e do adolescente, pontuando a diferença que a prática esportiva pode trazer para o dia-a-dia. Para discutir essa temática, o Serviço Social convidou uma professora experiente na área, que desenvolve um trabalho magnífico de dança e ginástica olímpica, além de oferecer bolsas 100% gratuitas quando há necessidade. Durante a apresentação a professora fez uma dinâmica em dupla, testando o equilíbrio de cada convidado. Os assuntos abordados na reunião enfatizaram a importância de uma vida saudável e principalmente com início na infância, onde a criança está produzindo hormônios em fase de crescimento e afins. No final da reunião a palestrante fez um sorteio de uma bolsa de estudos para dança e ginástica olímpica.

No terceiro encontro familiar houve a intervenção de uma dentista, com experiência em tratamentos para usuários (as) que tem um consumo elevado de medicamentos. Além da dificuldade de acesso a bens e serviços, há uma grande dificuldade no tratamento de saúde bucal da pessoa com deficiência, considerando que esse atendimento é essencial. A profissional explicou o passo a passo de como higienizar os dentes, usou como ferramenta objetos palpáveis, dentaduras, tornando eficaz o entendimento. Ao final da intervenção houve a doação de kits odontológicos, contendo creme dental, escova de dente e fio dental. Foi um momento de muita partilha e de muito aprendizado entre os usuários do trabalho.

A última reunião contou com uma roda de conversa, uma vez que o mais importante era ouvi-los, procurando feedbacks sobre o projeto, além do impacto que o mesmo teve sobre suas vidas e de seus assistidos. Na ocasião, foi realizada uma dinâmica onde em cada cadeira havia um papel com um adjetivo qualitativo, com palavras de afirmação. Com o papel na mão, as responsáveis, falavam uma para outra a palavra escrita no papel. Além disso, elas compartilharam um pouco sobre suas experiências, relatando como é ser mãe de uma pessoa com deficiência.

Como se tratou da última reunião foi proposto que elas refletissem sobre os pontos negativos e positivos do projeto, tendo em vista que essa avaliação fazia parte da conclusão do trabalho. Para finalizar, a assistente social falou das redes de apoio regionais nos bairros. O projeto social “Um novo olhar” trouxe esperança, alegria, saúde e muitas informações necessárias para as famílias. As mães declararam que o curto prazo de quatro meses foi um ponto negativo, pois gostariam de um atendimento permanente ou com maior durabilidade. Com isso, houve a necessidade de explicar os lugares onde elas poderiam buscar informações e serviços que podem estar prestando atividades semelhantes. Após as ideias compartilhadas, foi enfatizada a importância da busca pela qualidade de vida das pessoas com deficiência em instituições públicas, promovendo assistência social, cultural e de saúde. Por fim veio os agradecimentos e gratidão por terem confiado na equipe, além de acreditarem e participarem durante o período de trabalho, de forma assídua e sequente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades deram aberturas para atitudes e comportamentos discriminatórios para todos aqueles que não se adequavam a uma determinada normal social. Ao longo do tempo essas ações prevaleciam, excluindo aqueles que padecem de algum tipo de deficiência, seja



ela física ou mental. Entretanto, apesar dessa movimentação negativa foi possível a construção uma força inclusiva que foi ganhando forças cada vez mais.

A partir daí surgiram diversos movimentos de inclusão em prol das pessoas com deficiência, buscando não apenas inseri-las nas comunidades, como buscar alternativas para atribuir os direitos as quais lhe foram negados. Dessa forma, essas pessoas também puderam voltar a ter acesso a saúde, educação, moradia, cultura e afins, resgatando a sua dignidade e seu bem estar.

O presente trabalho apresentou uma alternativa embasa nessa questão, de forma a propiciar para esses sujeitos ações e seus respectivos benefícios, oportunizando o acesso a trabalhos que auxiliam na qualidade de vida, diminuindo as chances de algum tipo de adoecimento. O projeto “Um novo olhar” trouxe de fato uma nova perspectiva para usuários, pais e/ou responsáveis e profissionais. As ações desenvolvidas ao longo deste trabalho geraram benefícios inestimáveis a todos os envolvidos, reiterando a necessidade de produção de mais iniciativas como essas.

São atuações desse tipo que se caracterizam como uma nova história na vida para essas pessoas, possibilitando a cada um construir seus próprios sonhos e sua própria narrativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

COELHO, L. A. B; SCHUBERT, S. E. M.; SILVA, R. Q. Surdos: O desafio da inclusão no ensino regular. In: XIII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE) – Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas. **Anais**, 2017, Curitiba/PR, p. 6675-6691.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 153-169, 2009.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e Sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.

MEYER, D. E.; KLEIN, C.; FERNANDES, L. P. Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 433-449, 2012.

PINSKY, C. B.; PINSKY, J. **História da cidadania**. Editora Contexto, 2007.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Editora Vozes Limitada, 2017.

SILVA, M. O. E. Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 13, p. 135-153, 2009.